

## 27 DE JULHO DE 1214, O DOMINGO DE BOUVINES EM GEORGE DUBY

27 July 1214, Bouvines's Sunday In George Duby

Matheus Mesquita Pontes<sup>1</sup>  
Elaine Morita Pereira de Souza<sup>2</sup>  
Gabriella Lima Assis<sup>3</sup>  
Juliana Cristina Rosa<sup>4</sup>  
Joabson Xavier Penna<sup>5</sup>  
Silmara Decanti Santa Rosa<sup>6</sup>

### Resumo

A partir da análise da obra *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*, este artigo pretende caracterizar o fazer historiográfico e perceber as escolhas teórico-metodológicas do historiador Georges Duby.

**Palavras-chave:** George Duby. Bouvines. Historiografia.

### Abstract

From the analysis of the work *The Sunday of Bouvines: July 27, 1214*, this article aims to characterize the historiographical do and understand the theoretical and methodological choices from historian Georges Duby.

**Key words:** George Duby. Bouvines. Historiography.

### Introdução

Publicada em 1973, a obra *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214* apresenta aspectos importantes do pensamento historiográfico de seu autor, Georges Duby, além de trazer uma interessante proposta teórico-metodológica a partir da análise de um evento político do período medieval europeu e de ressaltar as concepções do autor acerca dos conceitos de história, de política e de sociedade. Neste artigo pretendemos caracterizar o fazer historiográfico deste historiador francês, como também perceber as suas escolhas teórico-metodológicas a partir da análise de *O domingo de Bouvines*. Para tanto, vamos observar

---

<sup>1</sup> Mestre em História e docente do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT).

<sup>2</sup> Especialista em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e servidora da Servidora da Secretária de Estado de Saúde de Mato Grosso.

<sup>3</sup> Mestre em História e Doutoranda pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

<sup>4</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

<sup>5</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e docente da Secretaria de Educação do Mato Grosso.

<sup>6</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e docente da Secretaria de Educação do Mato Grosso.

alguns trechos dessa obra para compreender como o autor esboçou as suas principais concepções conceituais e desenvolveu a escrita de sua pesquisa<sup>7</sup>.

### **Caracterização historiográfica**

Logo no início de seu prefácio, Georges Duby explicou o seu desafio ao aceitar escrever a história de um acontecimento político. Depois das contribuições produzidas pela *Escola dos Annales*, que repugnava a descrição dos acontecimentos e a narrativa e se empenhava em colocar e resolver problemas, foi preciso explicar como seria possível à análise de Bouvines. Nesse sentido, Duby esclareceu os seus propósitos e a maneira pela qual compreendia o “acontecimento”:

Pelo próprio fato de ser excepcional, o acontecimento faz emergir, no afluxo de palavras que ele libera, vestígios que, se não nos detivéssemos nele, permaneceriam nas trevas, despercebidos, os traços mais banais de que raramente se fala no cotidiano da vida e sobre os quais nunca se escreve (DUBY, 1993a, p.11).

Para o autor, explorar o acontecimento se tornou fundamental na medida em que se pretende “alcançar os movimentos obscuros que fazem deslocar-se lentamente ao longo das épocas as bases de uma cultura” (DUBY, 1993a, p. 10). Muitas vezes o acontecimento é indicador de uma realidade de grande dimensão e algumas vezes de uma estrutura. Assim, para Duby (1993a, p. 11), o acontecimento “é fabricado por aqueles que difundem a sua notoriedade” e se comporta como “a espuma da História, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância” (DUBY, 1993a, p. 14).

Poderia ser uma traição, um rompimento com os pressupostos da *Escola dos Annales*, que, segundo François Dosse (1992), definiram-se como hostis ao discurso e à análise do acontecimento político, uma vez que, além de fazer um resgate da História Política, Duby trouxe a narrativa e o acontecimento para a sua análise historiográfica. Porém, apesar da mudança de estilo, o autor continuava com as características centrais dos *Annales*, conforme ele mesmo disse:

No caso de Bouvines e de Guilherme Marechal, eu poderia ser acusado de trair o “espírito dos Annales”. Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro

---

<sup>7</sup> A Batalha de Bouvines em 1214 foi um dos maiores conflitos do mundo feudal europeu, em que a França de Filipe Augusto vence a aliança entre o Sacro Império Romano Germânico de Oto IV, o rei inglês João Sem Terra, o conde Renaud de Borgonha e o conde de Flandres que recusava aceitar vínculos de vassalagem com o rei francês.

de meu percurso. A única modificação dizia respeito à forma. Eu estava voltado à narrativa. [...] Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava a mesma: que é sociedade feudal? (DUBY, 1993b, p. 137-138).

Nesse sentido, o interesse de Duby em *Bouvines* estava nas práticas militares da sociedade do começo do século XIII. Ao fazer um estudo etnográfico, esboçando ao fundo todos os pormenores da batalha, explorando o seu caráter extraordinário e situando a batalha em relação à guerra e aos acordos de paz no mundo feudal, Duby estava revisando o estudo do campo político daquela época.

Para Peter Burke, o retorno à História Política estava vinculado à reação contra o determinismo. Ele defende que “Febvre e Braudel podem não ter ignorado a história política, mas não a tomaram muito a sério. O retorno à política na terceira geração é uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismo (especialmente o “economismo” marxista)” (BURKE, 1997, p. 73-75). Burke entende que a terceira geração dos *Annales* efetuou também um movimento “do porão ao sótão” quando mudou o foco da base econômica para a superestrutura cultural. Contra a abordagem quantitativa que ocasionava desconforto na história estrutural e social, Burke distinguiu três correntes presentes na terceira geração do *Annales*, da qual Duby compartilhava: “uma mudança antropológica, um retorno à política e um ressurgimento da narrativa” (BURKE, 1997, p. 66).

Portanto, ao escrever *O domingo de Bouvines*, Duby continuava ligado à história-problema. Ao inverso de Bloch, Febvre e Braudel, que fizeram de uma sociedade, de uma crença, de uma região uma história estrutural e totalizante, Duby fez de um acontecimento, de um fato ocorrido em um dia, uma tarde, uma história totalizante, buscando a fundo as características da sociedade feudal envolvida no fato, suas práticas de governo e militar, as divisões sociais e as responsabilidades de cada grupo dependendo de sua condição hierárquica. Falou dos acordos de paz e dos motivos da guerra. Enfim, continuava ainda dentro dos *Annales*, porém, com uma metodologia própria, como pretendemos demonstrar a seguir.

### **Perspectiva teórico-metodológica**

Ainda em seu prefácio, Georges Duby explicitou o método de análise que utilizou. Ele tentou produzir, a partir das contribuições da Antropologia, um tipo de etnografia da

prática política<sup>8</sup>. Na explicação de sua pesquisa sobre Bouvines, em *A história continua*, podemos verificar como a perspectiva antropológica pode auxiliar o historiador a perceber outros elementos passíveis de análise e as perguntas necessárias para efetivar a investigação histórica:

Já em Bouvines eu tratava de me identificar com os cavaleiros, esforçando-me por perceber como eles viam o mundo quando se lançavam a galope uns contra os outros, ao mesmo tempo evitando machucar-se demais. Era uma forma de colocar um problema importante, e de abordá-lo: que relação existe entre a evolução de um sistema de valores e a de formação social? (DUBY, 1993b, p. 114).

Em seu exercício antropológico, Duby objetivou observar a batalha e as memórias sobre ela inseridas em um contexto cultural diferente daquele que lhe era contemporâneo. O autor tentou ver os combatentes de Bouvines como uma tribo exótica. Da maneira como Duby escreveu na introdução de *O domingo de Bouvines*, de início ele procurou tudo que se sabia sobre o evento através dos testemunhos escritos sobre ele para em seguida tornar Bouvines o seu “posto de observação” (DUBY, 1993a, p. 20) e esboçar como o imaginário<sup>9</sup> e o esquecimento influenciaram na construção do conjunto de representações mentais existentes.

A partir das crônicas escritas por pessoas da Igreja, como Guilherme, o Bretão, que dominavam a atividade da escrita no período em questão, Duby apresentou os “atores” do “espetáculo” investigado, montou o “cenário”, desvendou a “intriga” (DUBY, 1993a, p. 25) e, por último, remontou a formulação das imagens produzidas sobre Bouvines até o século XX.

Luiz Alberto Sant’anna, em sua dissertação de mestrado, defendeu a ideia de que a História, para Duby, é uma construção:

Georges Duby, em seu fazer historiográfico, esboça uma História que pode ser descrita como uma série de níveis comunicantes, sem que haja nesses níveis perspectiva individual ou de classe por parte do autor. A História é vista como uma construção, em seu interior existem elementos passíveis de análises que podem acrescentar e enriquecer o conhecimento, reorganizando o espaço, elucidando e clareando regiões em penumbra, sem com isto perder a determinação em se construir uma história o mais possível totalizante (SANT’ANNA, 2001, p. 10).

---

<sup>8</sup> Conceitos como “reciprocidade”, “troca”, “noções de parentesco” herdados da Antropologia Social, da Antropologia Política e da Antropologia Estrutural, parecem ter influenciado Duby. A postura do autor diante da análise do acontecimento pode ter sido influenciada também pela noção de “fato social total” de Mauss (1974) e pela “análise situacional” da Antropolítica de Max Gluckman (1987).

<sup>9</sup> Para evitar equívocos no uso do vocabulário, ressaltamos que a mentalidade e o imaginário são conceitos diferentes: a primeira pertence a uma época, enquanto o imaginário transmutado atravessa gerações. Duby optou pelo estudo do imaginário por ser este mais operacional para a sua análise dos vestígios das ações humanas, conforme afirmou em sua egi-história: “Já não utilizo a palavra mentalidade. Ela não é satisfatória, e não demoramos a nos dar conta disso” (DUBY, 1993b, p. 88).

Esta nos parece uma visão coerente, especialmente quando notamos o trabalho realizado em *O domingo de Bouvines*, no qual Duby, pelo prazer de escrever ao seu próprio modo, teve o cuidado de se remeter aos muitos elementos capazes de lhe ajudar a explicar o acontecimento que tomou como referência. No estudo de Bouvines, Duby levou em consideração o campo do antropológico ao tratar dos comportamentos dos combatentes; o campo da Geografia, ao discutir a importância das terras no contexto da batalha, dando maior consistência visual ao fenômeno em questão; o campo do imaginário, ao tratar das relações entre o sagrado e o profano presentes na ideologia da época; o campo do discurso, ao contrastar relatos e crônicas sobre a batalha, verificando quem escrevia e para quem se escrevia; e também o campo do político, ao situar a batalha em relação à guerra, à trégua e à paz. Mais do que a interdisciplinaridade proposta pelos *Annales*, acreditamos que Duby elencou aqueles elementos que para ele eram necessários para o processo da construção histórica.

Em seu artigo, Ana Paula Peters et al. salientaram que a visão de história para Duby parte do social e do imaginário:

A todo o momento em suas memórias, Georges Duby mostra-nos que não nasceu historiador, mas tornou-se historiador. Ao escrever uma nova história [...] colocou as sociedades no centro das atenções, olhando as pessoas comuns e os aspectos da vida cotidiana. Mesmo ao tomar um grande homem, como Guilherme, o Marechal, sua pretensão era apresentar não apenas o cavaleiro, mas a cavalaria (PETERS et al., 2011, p. 12).

Realmente, ao analisar o evento de 27 de julho de 1214 para além de uma história do poder, Duby parece ter considerado não somente o documento para situar o “fato verdadeiro” em seu local exato (DUBY, 1993a, p. 19), mas também o social e o imaginário na sua construção histórica:

Sabemos bem que todos os que participam de uma batalha, mesmo os da mais alta eminência, são Fabrícios: só veem uma multidão confusa; ninguém nunca percebeu, nem perceberá em sua verdade total, esse turbilhão de mil atos emaranhados que, na planície de Bouvines, se mesclaram inextricavelmente naquele dia, [...] essa história, que se dizia científica, não se preocupava muito em evitar os contrassensos e anacronismos. Não observava todas as sutis evoluções que haviam modificado insensivelmente, na Europa, ao longo de vinte gerações, o comportamento das pessoas e o significado de seus atos. [...] Por isso me arrisquei a observar também [...] a ação que o imaginário e o esquecimento exercem sobre uma informação (DUBY, 1993a, p. 19-20).

No trecho a seguir podemos verificar de maneira mais específica como o autor conciliava, dentro da sua concepção teórico-metodológica, o “documento” e o “imaginário”:

Não tenho a pretensão de comunicar-lhe a verdade, mas de sugerir-lhe o provável, colocando-o diante da imagem que eu mesmo tenho, honestamente, do real. Dessa imagem participa em boa dose aquilo que eu imagino. Cuidei, entretanto, para que as elasticidades do imaginário permanecessem solidamente presas a esses ganchos que em caso algum, em nome de uma moral, a do cientista, ousei manipular ou negligenciar, e que testei em todos os casos minuciosamente, para confirmar-lhes a solidez. Estou falando dos documentos, minhas provas (DUBY, 1993b, p. 62).

Outro aspecto interessante que nos permite saber sobre a escolha metodológica de Duby é a maneira pela qual o autor não hesitou em fazer uma história militar diferenciada. Utilizando, sem reservas, biografias e testemunhos, ele nos apresentou em *O domingo de Bouvines* sua análise sobre os cavaleiros, os cavalos, os peões, as armas, as armaduras, os equipamentos, as estratégias de ataque e os números dos participantes e os prisioneiros da guerra. Na justificativa do autor:

Muito mais carnal, saborosa e útil que a concepção superficialmente centrada nos indivíduos excepcionais, príncipes, generais, prelados ou financistas cujas decisões parecem governar a efervescência dos fatos, era para mim a história do homem comum, do homem em sociedade, e eu sentia que era urgente encetar resolutamente a história (DUBY, 1993a, p. 13).

Em nossa análise da obra, verificamos que Duby tinha uma concepção de história em muitos aspectos concordante com a perspectiva da terceira geração dos *Annales*, porém, a sua filiação historiográfica não o impediu que outras influências, mesmo que pontuais, estivessem presentes em momentos distintos do seu processo analítico. Da maneira como interpretamos, essa prática lhe permitiu elaborar conceitos próprios de política e sociedade para a análise da Idade Média, sem ignorar os fatores econômicos e as ressurgências de Bouvines ao longo da história da França, como demonstraremos a seguir.

### **Concepção de política**

Entre as áreas que Duby considerou na sua análise história, a política foi essencial para que o autor avançasse na construção da imagem da “realidade” medieval. A princípio, como o próprio título da obra parece sugerir – *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214* –, trata de uma análise do político a partir de um evento pontual, quando, na verdade, o evento interessa na medida em que serviu como auxílio para o autor demonstrar a funcionalidade de seu conceito de política.

Quando Duby explicou os níveis pelos quais sua pesquisa se desenvolveria, ele apontou indícios de seu entendimento acerca do político. Depois de dizer que pretendia fazer uma etnografia da prática militar, Duby falou sobre como queria situar Bouvines:

Paralelamente, situar a batalha em relação à guerra, em relação à trégua e em relação à paz pareceu-me um meio de circunscrever mais exatamente o campo a que chamamos de político e de ver melhor como o sagrado, nessa época, se mesclava inextricavelmente ao profano (DUBY, 1993a, p. 11).

Na obra *A história continua*, Duby reforçou um pouco mais o seu entendimento sobre política ao explicar o que lhe interessou na pesquisa sobre Bouvines:

Posso com efeito asseverador, com provas na mão, que no dia 27 de julho de 1214, e não 26 ou 28, dois exércitos se defrontaram na planície de Bouvines, e inclusive que fazia calor nesse dia, que as colheitas não haviam sido concluídas e que Renaud de Dammartin foi levado prisioneiro numa carroça. Tudo isso é verdadeiro, incontestavelmente. Mas se não pretendo, como historiador da sociedade feudal, limitar minha curiosidade a estes detalhes, se tento compreender o que era uma batalha, a paz, a guerra, a honra, para os combatentes que dela participaram, não me será suficiente expor os “fatos” (DUBY, 1993b, p. 59).

Como vemos, Duby não pretendia compreender somente o contexto militar e o exercício do poder por parte dos personagens envolvidos. Ele estava preocupado com a lógica da ação daqueles homens; afinal, fazer guerra ou estabelecer a paz deveria ter significados diferentes para a sociedade feudal. Dessa forma, compreender o exercício do poder da Igreja também se tornou essencial, visto que no século XIII, como o próprio Duby percebeu, ela assumiu a imagem de uma monarquia bem estruturada cujos objetivos passavam por dominar o mundo ao custo, se necessário fosse, da deposição de todos os príncipes (DUBY, 1993a).

No contexto feudal, a guerra, a batalha e a paz assumiram lógicas próprias que uma análise política não poderia ignorar. Na perspectiva de Duby, a guerra no período medieval possuía uma conotação boa; era necessária para proteger os recursos da comunidade ou para incrementá-los, enquanto a paz era somente uma interrupção fortuita.

Sempre, ao longo dos milênios que se perdem na noite pré-histórica, a guerra [...] tinha sido uma boa coisa. Para os homens em condição de fazê-la, era a ocupação normal. Ela renascia a cada ano com o bom tempo, e os deuses a abençoavam. Cumpria função econômica primordial, tão importante quanto o trabalho produtivo [...]. Assim a paz não passava nunca de uma interrupção fortuita, imposta pelas circunstâncias, pelo esgotamento de forças, pela rarefação das presas, pelo mau tempo (DUBY, 1993a, p. 86-87).

No entanto, 12 de julho de 1214 era domingo, dia do Senhor, tempo de “evitar as três máculas, as do dinheiro, do sexo e do sangue derramado” (DUBY, 1993a, p. 13). Assim, no combate de Bouvines, milhares de homens transgrediram o costume religioso. Além disso, em virtude da eminência da volta de Cristo, por causa do milênio da paixão, a guerra havia sido

bruscamente considerada má. Segundo Duby, todo um sistema de valores tinha sido radical e definitivamente invertido:

Aproximava-se o milênio da paixão de Cristo. Urgia concluir uma nova aliança com o céu. Todos os homens, e não somente os monges, que desprezam a vida mundana, deviam fazer penitência, purificar-se dos pecados carnis, evitar a violência e o derramamento de sangue humano e, ao mesmo tempo, renunciar ao dinheiro e aos desejos corporais. O espírito de agressão, e todas as atividades que ele promoveria, se encontravam desde então condenados e relacionados entre os pecados. O bom, o justo, o normal era a paz; a paz era a ordem das coisas; a paz era o próprio Deus (DUBY, 1993a, p. 87).

Ao identificar essa contradição, Duby percebeu que uma visão dualista do universo dominava todo o pensamento daquele período. As duas naturezas, a espiritual e a corporal, eram parte da construção do homem. A oposição entre a guerra e a paz seguia também essa lógica, de maneira que a paz vinha do espírito e a guerra, da carne e do sangue.

Dessa forma, a guerra só voltou a ser justa quando o imaginário militar penetrou profundamente o sistema do cristianismo, como Duby demonstrou no trecho a seguir:

Deus não é somente o Cordeiro. Deve-se também representá-lo como o senhor dos exércitos – o que é autorizado por numerosas passagens das Escrituras –, como um rei terrível que brande o gládio, e essa imagem se impõe facilmente na medida em que coincide com as da moral pré-cristã, de uma ética própria do estrato social, então dominante, de que procedem todos os dirigentes da Igreja: o grupo dos condutores da guerra [...]. De fato, contra as forças diversas que resistem aos seus decretos, Deus trava um combate diário, conduz os ataques, sitia fortalezas, esmaga os inimigos vencidos. O bom cristão deve aderir ao seu batalhão, colocar-se sob sua bandeira; é solicitado a lutar com ele e, pelas armas, ajudar a defender os fracos, a vingar as injúrias, a refrear a descrença. *Tuiti, ultro, dilatario*, defender, vingar, estender o domínio da verdadeira fé, tais são os três aspectos de uma ação que é também a do bom Deus [...]. Com esse objetivo a guerra volta a ser justa, e combater deixa de ser um pecado (DUBY, 1993a, p. 88-89).

Dentro dessa lógica que Duby explicou, a batalha tinha função diferente da guerra; era um procedimento de paz, cujo papel era o de forçar o céu a manifestar os seus desígnios e mostrar finalmente, de forma inquestionável, o lado em que se encontra a justiça. A batalha seria como o “oráculo”, servia para mostrar de que lado Deus está (DUBY, 1993a, p. 157). Como operação de justiça, a batalha não funcionava como empresa de extermínio; tratava-se de um debate que seria rematado por uma sentença.

No caso de Bouvines, como analisou Duby, no instante em que o rei Felipe ordenou a todos que se reunissem, a guerra acabou e começou a batalha. Na ponte de Bouvines, Felipe Augusto se colocou na mão de Deus, lembrando que a excomunhão pesava sobre o lado inimigo, e pronunciou sua arenga ritual: “nós também somos pecadores, mas pelo menos



estamos em comunhão com os prelados, cujos direitos protegemos; portanto venceremos” (DUBY, 1993a, p. 168).

Da maneira como Duby analisou, percebemos que o seu conceito de política não se relacionava somente com o poder do Estado, mas, sobretudo, estava associada com a forma pela qual a lógica da guerra e da paz era exercida para estabelecer o poder desse Estado, sem ignorar a visão do sagrado presente na ideologia dominante daquela sociedade, cujas estruturas e divisões também foram estabelecidas por Deus.

### **Concepção de sociedade**

A leitura da obra *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214* nos permite também esboçar a noção de sociedade feudal elaborada por Georges Duby. Ao analisar seu objeto, o autor percebeu hierarquias, funções sociais e certo equilíbrio que lhe permitiu esboçar um modelo distinto de sociedade para aquele período:

Percebia sobretudo que uma sociedade, como uma paisagem, é um sistema cuja estrutura e evolução são determinadas por múltiplos fatores, que as relações entre esses fatores não são de causa e efeito, mas de correlação, de interferência, que convém, por uma questão de método, examinar um por um tais fatores, numa primeira etapa, pois cada um deles atua e evolui em seu próprio ritmo, mas que é imperativamente necessário considerá-los na indissociável coesão que os une, se quisermos compreender o funcionamento do sistema. São princípios aos quais me reporto até hoje (DUBY, 1993b, p. 13).

Ao explicar as descrições sobre a divisão dos combatentes entre os peões e os cavaleiros, trazidas nos relatos sobre Bouvines, Duby nos faz perceber que essa separação não refletia apenas a distinção entre pobres e ricos; ela representava uma divisão mais fundamental que ordenava toda a sociedade:

Divisão fundamental em função da qual se ordena naquela época, e na França, há pelo menos dois séculos, toda visão da sociedade. Ela responde à teoria das três ordens formulada pela primeira vez logo depois do ano mil, nos círculos cultos da alta Igreja. [...] Desde então, ninguém duvida que a vontade divina tenha separado os homens em três categorias estritamente fechadas, encarregada cada qual de uma função determinada e cuja pacífica reunião, por um intercâmbio de serviços mútuos, funda a base da ordem social (DUBY, 1993a, p. 31).

A camada mais espessa era daqueles cuja incumbência era trabalhar para manter as outras duas ordens no ócio e na abundância. Logicamente, os mais privilegiados eram aqueles que tinham o papel de orar — estes atraíam para o povo os favores do céu, além de benzer as

armas que seriam utilizadas pelos responsáveis pela guerra, camada pertencente aos cavaleiros.

Na parte final da obra *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, Duby retomou Bouvines como expoente de sua concepção de sociedade:

Para terminar este estudo, escolhi Bouvines: não por uma espécie de hábito, nem porque superestimo o acontecimento. Tenho a convicção de que nesta altura, 1214, a primitiva história da figura trifuncional, a partir de então cristalizada, projetada sobre todo o reino da França, se apressa a sair do imaginário e a encarnar-se numa instituição. De resto, Bouvines é mais que um marco simbólico (DUBY, 1982, p. 372).

Para Duby, “classificar em separado as pessoas dedicadas às orações, às guerras e ao trabalho era traduzir a realidade das relações sociais” (DUBY, 1993a, p. 91), de maneira que as fronteiras sociais estavam bem delimitadas, como um muro protetor de proibições, e Deus se vingava daqueles que o violavam.

Além dos valores religiosos, ao esboçar sua concepção de sociedade, Duby percebeu a importância dos “entrelaçamentos de solidariedade múltiplas” (DUBY, 1993a, p. 45) que envolviam os membros da sociedade feudal. Existiam os laços de família, os laços da homenagem dos vassalos e os laços de vizinhanças, como vínculos que tornavam o mundo feudal um “conglomerado humano muito coeso, cujos membros estão firmemente unidos uns aos outros” (DUBY, 1993a, p. 45). Da forma como pretendemos demonstrar a seguir, essa estrutura social também influenciava as relações econômicas no período.

### **O lugar do econômico na sociedade, seja na guerra como na paz**

Duby colocou que a guerra nos primeiros séculos daquele milênio era um ritual, um jogo de normas de conduta que emergia das leis sacras da Igreja Católica e dos laços de fidelidade e juramento que os mandatários feudais e cavaleiros construía entre si e com as representações divinas. No imaginário medieval, a guerra devia ter uma justeza cristã, se possível ao seu mundo externo, canalizando as energias para terras de homens não convertidos à cristandade ou aos hereges da santa Igreja. Porém, para Duby, a ruptura da conduta pactuada era uma constante na Europa medieval, inclusive na própria França, em localidades “de homens sem fé, de ‘perdidos’, com os quais não se pode contar, pois esquecem o juramento e mudam permanente de senhor” (DUBY, 1993a, p. 95).

A possibilidade constante da traição reafirmava os vínculos dos clérigos com os senhores, pois, para além dos tributos e do trabalho, era necessário mobilizar os pobres, os

“homens do povo”<sup>10</sup>, como diz o autor, para as guerras e restaurar a paz – tarefa que ficava a cargo das “milícias paroquianas” ou “associações da paz”, que em si eram as Comunas, localidades que eram organizadas e arregimentadas por um bispo, mas controladas por um soberano (DUBY, 1993a, p. 101).

Apesar dos simulacros do conflito, Duby (1993a, p. 110) foi taxativo: “o dinheiro invadira todos os mecanismos da guerra”. Com o dinheiro compravam-se mercenários, estimulavam-se os ódios, elementos que, para os franceses que narram o domingo em Bouvines, é uma transgressão do código de conduta, que fere o sagrado e contamina a cristandade; características que encontram, em seus inimigos, “homens que deturpam a guerra santa, tornando o jogo injusto” (DUBY, 1993a, p. 118).

Porém, de ambos os lados se fez emergir a novidade do soldo, elemento que não era profano e se encontrava no campo de uma prática justa na guerra. Mas aquilo que cobiçava e que gerava lucro no conflito era a captura de cavaleiros. Quanto mais importante, maior o resgate. A guerra, para Duby (1993a), era um negócio, um empreendimento. Não era honroso matar um cavaleiro, mas sim contabilizá-lo para o resgate, humilhá-lo e obrigá-lo a realizar juramento de fidelidade ao vencedor.

A guerra é uma caça dirigida por homens experientes, senhores de si mesmos e solidamente resguardados. Bons cristãos, não tencionam exterminar o inimigo, mas capturá-lo. Para exigir resgate. Ainda aqui: para lucrar [após a batalha]. A empresa foi bem-sucedida? Fizeram-se saques? [...] Ninguém quer perder sua parte nos lucros (DUBY, 1993a, p. 152-153).

A circulação de riqueza também se dava de forma frequente em tempos de paz. Quando não havia guerras, as esmolas eram mais gordas aos infelizes; sendo assim, os cronistas da época visualizavam tempos de maiores graças para sociedade. Mas se não existisse guerras era preciso se preparar para ela, assim como ter um meio de socialização entre os nobres cavaleiros, o que, para Duby, era o momento dos torneios.

Os torneios eram voltados em especial aos jovens que seriam os futuros senhores feudais. Estes montavam suas companhias e em tempos de paz realizavam uma descarga gratuita de sua agressividade, contratavam jogadores/lutadores, apostavam valores expressivos no jogo e nos pagamentos de resgates. O ritual da guerra era representado nesses torneios.

---

<sup>10</sup> Isso não significa que estes terão um lugar especial nas batalhas ou destaque nas memórias produzidas. Estes lutarão em pé, sem muita proteção e, no simulacro do ato, podem ir à morte. Seu lugar na memória de Bouvines, segundo Duby, só virá após a Revolução Francesa de 1789.

A atividade era um espaço de prazer. Nas localidades dos torneios faziam-se feiras, com diversas formas de comércio. Desenvolviam-se atividades culturais, arrumavam-se casamentos e concubinas. Reafirmavam-se laços de fidelidade e de amizade entre os nobres. Construíam-se riquezas nesses espaços.

Para Duby, era no torneio que se dava a formação do imaginário social medieval das famílias nobres, pois ali se narravam as lendas, os fatos heróicos. Era o lugar da construção do exemplo, do orgulho de linhagem, da afirmação da honra e das lealdades. “Neste contexto se transmite a educação da bravura” (DUBY, 1993a, p. 144). Completando, os torneios eram locais do “antigo edifício da honra, que erigia-se inteiro em torno de um único pilar: a lealdade, o respeito da fé jurada, essa fidelidade aos laços de sangue e aos compromissos de amizade que unem os *conrois*, as equipes de guerreiros” (DUBY, 1993a, p. 145). Entretanto, esses espaços que poderiam emergir de quinze a quinze dias, não eram compartilhados pelos membros do alto clero e pelos reis, que estavam em um patamar mais sagrado.

### **Considerações finais: Bouvines e suas ressurgências na França**

Duby, em busca de uma história totalizante do evento, utilizou-se de inúmeras fontes que tratavam da batalha de Bouvines: dos cronistas da época aos manuais escolares dos séculos XIX e XX. Mesmo tendo seu foco sobre a ótica francesa, ele não se furtou a observar como os alemães e ingleses relatavam ou não relatavam o evento. Esse arcabouço documental contribuiu para que Duby dialogasse metodologicamente com a segunda geração dos *Annales*, quando ele quantificou e comparou dados sobre a abordagem ou não de Bouvines (ou temas referentes ao evento) em suas fontes, no tempo e nos espaços de influência do litúgio. O recurso da estatística comparativa não é uma constante em seu texto; ela detém um espaço na narrativa, assim como a discussão econômica apresentada anteriormente.

Essa vasta documentação também abriu margens para Duby analisar as constantes ressurgências ou apagamentos do evento ao longo dos mais de setecentos anos na memória e historiografia francesa.

Bouvines nasceu como um mito, uma guerra que envolveu as quatro maiores forças da cristandade ocidental. Conflito que foi a grande vitória dos franceses na era medieval, momento que alguns memorialistas tratam como o emergir do sentimento nacional para o povo francês. Para Duby, a escrita foi fundamental para delinear esses marcos. A vitória como um sinal de divindade levou a Igreja a ser pioneira em relatar os fatos num caráter litúrgico, voltada ao presente e, em especial, ao futuro:

Entre a função da prece, a celebração da glória de Deus pelo ofício litúrgico e a composição de uma obra histórica existiam afinidades muito próximas; se é verdade que Deus, através dos atos admiráveis dos homens, manifesta sua vontade, revela sua onipotência e lança advertências, o papel de seus servidores é recolher cuidadosamente todos esses sinais, alinhá-los ao longo de sua duração e ordená-los em discurso, a fim de que esse discurso, fragmentado, descontínuo, enigmático, possa ser futuro, à luz de seu próprio prolongamento (DUBY, 1993a, p. 197).

Para Duby, a leitura crescia entre os nobres, sendo que a casa dos grandes senhores, assim como os torneios, eram locais privilegiados no esquecer e no difundir as suas histórias, espaços que glorificavam uma linhagem, uma dinastia. Sobre Bouvines, o autor destacou três movimentos na elaboração de um imaginário favorável à dinastia francesa: 1) Bouvines faz parte de uma constante cruzada do bem contra as forças do mal; 2) a batalha é uma liturgia de um duelo jurídico; 3) e, a vitória é de um campeão de Deus, o Rei da França, assim como um triunfo nacional. Esses imaginários garantem uma valorização suprema à dignidade do monarca, visto como herdeiro do que havia de melhor no mundo grego e de Roma, herdeiro direto de Carlos Magno, assim como seu povo, que possui uma superioridade de sangue, étnica. Vitória que leva o povo francês a um novo batismo no campo do sagrado e que caminha para os tempos de prosperidade e felicidade.

Duby acentuou que, mesmo após a morte do Rei Filipe Augusto, os acontecimentos se mantiveram vivos na memória dos franceses por mais de cinco décadas, ganhando inclusive contornos de exageros em novas escritas, como o vasto poema *Filípida*, de Guilherme, o Bretão, que novamente visitou o tema entre 1214-1224, numa produção “que terá finalmente quase dez mil versos”, sendo que em 1224 ficou pronta “uma segunda versão, em doze cantos, que será traduzida em prosa francesa antes do fim do século” (DUBY, 1993a, p. 207), assim como a crônica do monge Richer (1255-1264), que afirma:

O imperador Oto levava vinte e cinco mil cavaleiros, oitenta mil peões, uma infinidade de carroças repleta de armas e provisões, e que perdera naquele dia trinta mil homens, entre mortos e prisioneiros. Enquanto do lado francês, oh milagre!, não se contavam mais do que dois mortos, um cavaleiro e um soldado (DUBY, 1993a, p. 216).

Em sua documentação do século XIV, Duby percebeu que as referências a Bouvines e ao Rei Filipe foram ofuscadas por São Luís IX, seu neto, como o bom cristão, o novo São Francisco de Assis, o renovador da cristandade. Nos tempos após a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica, em que seus impactos são latentes no cenário europeu, Duby observou um novo vigor do evento de Bouvines, através de Guilherme Marcel (1686): “Vemo-los reaparecer no século XVII, no momento em que a história é escrita de outra

maneira, a partir da leitura atenta das crônicas antigas, quando começa a longa busca erudita por todos os traços do passado” (DUBY, 1993a, p. 229).

Mas de todas ressurgências de Bouvines, as que mais chamaram a atenção de Duby foram as que ocorrem após a Revolução Francesa, no transcorrer do século XIX até anos depois da Segunda Grande Guerra. No XIX, o evento foi crucial para estimular o sentimento nacionalista, as vitórias napoleônicas e para demarcar sentimentos e fronteiras frente ao outro. A derrota militar dos franceses no conflito contra a Prússia-Alemanha (1870-1871) só serviu para revigorar o passado vitorioso que delineou um futuro de vitórias. Como alega Duby (1993a, p. 234), “depois de 1870, tudo mudou; o imperador alemão tornou-se o único adversário do rei da França. A derrota reavivou repentinamente todas as recordações de Bouvines”.

No século XIX, com os constantes conflitos e a concorrência econômica entre as nações europeias, tornou-se necessário para os franceses lembrar Bouvines, erguerem-se assim lugares de memória, como um obelisco (1845) e a conclusão dos vitrais da Igreja na região de Bouvines (1879). Os manuais escolares também se tornaram espaços de difusão do “evento patriótico”, fontes preciosas para a pesquisa de Duby visualizar as ressurgências contemporâneas.

Duby apontou que Jules Michelet não tinha simpatias com Bouvines, mas que contribuiu para uma revisão dos heróis da batalha, colocando-o numa lógica republicana.

Filipe não passava de um fantoche manipulado pelos padres, de um instrumento do obscurantismo, demasiado submisso a esse papa hipócrita, de mãos ensanguentadas, que ordenava o extermínio de um povo cujas esperanças de liberdade eram expressas pelo catarismo [...] Michelet outorga a coroa dos heróis aos soldados, a última ala da guarda, aos mercenários, a esses trabalhadores vindos do povo e que cumpriam bem a sua missão (DUBY, 1993a, p. 231).

Nos manuais escolares, Bouvines é “apresentada insistentemente como uma vitória do povo sobre o feudalismo, sobre esse regime funesto que levou à perda da consciência nacional” (DUBY, 1993a, p. 235), e, apesar das diferenças com Michelet, Filipe Augusto é mostrado como o “destruidor do feudalismo” (DUBY, 1993a, p. 237). Agora povo e monarca são postos no “mesmo patamar” da história de Bouvines, sendo “esquecidos” os cavaleiros.

No linear do século XX, o povo era visto como o grande herói de Bouvines, aquele que realmente guardava a França da ameaça externa. Como apontava o velho militar francês, capitão H. de Malleray, já prevendo uma grande guerra na próxima década:

Que delícia para um soldado ver a idéia nacional nascer, crescer, avultar no campo da batalha... tudo já impregnado, como que saturado desse ódio à

dominação estrangeira, dessa enérgica vontade de preservar o solo natal... Querida França, querido país, sem dúvida ainda viverás momentos graves. És bela demais para não inspirares o desejo, rica demais para não despertares a cobiça (DUBY, 1993a, p. 237).

Em 1914, nas comemorações dos setecentos anos da batalha de Bouvines, ocorreram as paradas militares, as homenagens, as festividades, os protestos. Duby retratou as disputas pelas memórias. Num lado, aqueles que visualizavam futuros conflitos afirmavam: “Bouvines assegurou a duradoura unidade francesa, que se estende de 1214-1914. Numa dessas batalhas das nações, o vencedor lutava na proporção de três contra um; na outra, de um contra três. Qual delas é a mais gloriosa?” (DUBY, 1993a, p. 238); no outro, os monarquistas gritavam: “Viva o rei Filipe! Viva o rei!”. Já os socialistas, sentindo o odor da guerra que se avizinhava e o tom monarquista, protestavam; a imprensa, através do *Le Journal*, tomava as dores pela “ordem” nacionalista e afirmava: “Da vitória libertadora nacional de setecentos anos atrás adveio o surto magnífico da civilização francesa da Idade Média, educadora da Europa moderna” (DUBY, 1993a, p. 239). Enquanto isso, a Igreja Católica usava o exemplo de Bouvines para pregar a união dos católicos, que, conseqüentemente, gerava união das classes (DUBY, 1993a, p. 239).

Três semanas depois explodiu a Grande Guerra (1914-1918). Duby enfatizou que nesse momento foram os alemães que fizeram questão de lembrar que “a França é a inimiga mortal, a inimiga de sempre, desde o século XII. É preciso um ajuste de contas com ela!” (DUBY, 1993a, p. 242), discurso que certamente foi revigorado no entre guerras com o fascismo alemão.

No pós-1945, sustentado nos manuais escolares, Duby já apontava que Bouvines foi posta no esquecimento. A dor da violência sobre a humanidade gerou uma redefinição histórica do evento. Quando se fala das Cruzadas, dos principais reis da dinastia dos Capetos, salta-se para “São Luis, o bom rei, única figura capetíngia oferecida às memórias infantis” (DUBY, 1993a, p. 242). Numa relação com a Europa contemporânea, Duby foi além ao se questionar: “Que viria fazer o relato de Bouvines, num ensino ministrado às crianças de uma Europa unida? [...] Nosso tempo expulsa as batalhas da memória” (DUBY, 1993a, p. 243).

Duby não vive o nosso século XXI. Não presencia crise econômica que assola a Europa com o dismantelamento das políticas de bem-estar social e com as ondas de desemprego e inflação. Não assiste às constantes mobilizações populares contra as políticas de um Estado-mínimo, assim como o ressurgimento das práticas de xenofobia de grupos conservadores. Nos oitocentos anos da Batalha de Bouvines, seus signos podem ser novamente evocados e (re)configurados, atendendo a agenda de um Estado-Nação em crise,

ou em uma possível disputa de posições e poderes com a Alemanha que lidera o Bloco do Euro e até mesmo de grupos conservadores que desejam rechaçar estrangeiros sobre o pretexto de “proteger” suas frentes de trabalho. O agitado presente europeu não tardará em definir o lugar de Bouvines na História ou no esquecimento.

### **Referências bibliográficas**

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Tradução Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993a.

\_\_\_\_\_. **A história continua**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993b.

\_\_\_\_\_. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e antropologia**, v. 2. São Paulo: EPU, 1974.

PETERS, Ana Paula et. al. A história é uma arte com Georges Duby. **Mosaico**. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 10-20, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/viewFile/2029/1281>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SANT'ANNA, Luiz Alberto Sciamarella. **Georges Duby e a construção do saber histórico**. Recife, 2001. 108p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2001.